

**REDAÇÕES SARESP:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DAS PRODUÇÕES
DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

Alessandra do Vale Castro (PUC-SP)
avale@vunesp.com.br

RESUMO

O trabalho situado na linha de pesquisa "Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem o intuito de tratar das Redações SARESP, com o tema: "Uma proposta de Análise de Produções do gênero Artigo de Opinião", tendo como *corpus* as produções dos alunos do 9º. ano do ensino fundamental de 2014, tomando por base a escrita do texto argumentativo no gênero artigo de opinião. A pesquisa inicia buscando o entendimento das propostas para avaliar os alunos da rede pública paulista para o ensino fundamental, tendo como pressupostos o *Currículo e a Matriz de Referência do Estado de São Paulo*, seguindo os princípios estabelecidos pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* - documentos norteadores da educação básica para este Estado. Importante para o ensino de língua portuguesa, que enfrenta desafios no que diz respeito à leitura, produção e interpretação de textos como resultado do processo de compreensão e transposição de ideias desenvolvidas, os estudos buscam compreender a produção escrita de textos, dentro da perspectiva sociocognitiva-interacionista, que tem o intuito de contribuir com as operações didáticas e produção de textos dissertativo-argumentativos, no ensino de língua portuguesa, além das concepções com o gênero textual artigo de opinião, tomando por base os estudos de Mikhail Bakhtin (2011); Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2010); Luiz Antônio Marcuschi (2008); Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly (2004). Buscamos em Jean-Michel Adam (2008), os protótipos da sequência argumentativa que orientam as análises deste estudo, que trata das estratégias da argumentação discursiva com a função de convencer, persuadir ou construir uma representação.

Palavras-chave:

Gênero textual. Texto dissertativo-argumentativo. Construção de Texto.

1. Introdução

Um ponto que gera debate de várias naturezas é que, ao concluírem o ensino fundamental e ingressarem no ensino médio, os alunos apresentam dificuldades em relação à compreensão, interpretação e produção de textos argumentativos. Esse tipo textual é de extrema importância, pois é exigido nas principais avaliações, para ingresso em vestibulares, além da construção de textos do cotidiano, assim sendo, torna-se imprescindível o aprofundamento das questões referentes aos estudos da argumentação e da produção de textos argumentativos.

A importância dos gêneros é tão grande, que hoje passou a ser

considerado como organizador das sociedades, uma vez que são pensados, elaborados e criados estrategicamente para atingir determinado objetivo. É consenso entre os estudiosos, aqui citados, que é impossível comunicar-se verbalmente sem que seja por algum gênero, porque toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados por algum gênero.

A proposta com os estudos dos gêneros argumentativo e da construção do texto, está centrada na orientação sociocognitivo-interacionista por considerar o gênero um fenômeno histórico, profundamente vinculado à vida cultural e social. Assim, buscamos os entendimentos em Mikhail Bakhtin, Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch, por acreditar que seus estudos contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, as teorias da análise do discurso, da sociolinguística e da linguística de texto entram no ensino, abrindo novos horizontes para o processo de ensino-aprendizagem em língua materna, e com a instituição dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), o texto passa a ser o centro do ensino, buscando maior eficácia nas competências linguísticas, textuais e comunicativas do indivíduo.

Luiz Carlos Travaglia (2002) esclarece que não há mais dúvidas da importância de se trabalhar com textos de diferentes gêneros para ampliar a competência comunicativa, porém, nem sempre esta estratégia de trabalho vem se concretizando nas práticas de sala de aula, e aponta, como uma das causas, a falta de informações mais claras e precisas de quais aspectos caracterizam os gêneros, quais as peculiaridades e determinações que se podem e devem ser trabalhadas em sala de aula, e para isso, é de extrema importância o entendimento das especificidades que permeiam esses estudos. Para os docentes, o autor recomenda dedicar-se a um aparato teórico sobre tipologia textual, textos e gêneros que deem sustentação às práticas de sala de aula, e efetuar escolhas de acordo com cada ano/série/turma, dentro das devidas adequações.

Na tentativa de proceder à “recuperação do padrão de qualidade do ensino” em face das exigências do mundo contemporâneo, a Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) instaura o SARESP. É, nesse contexto, que a SEE/SP, por meio do documento de implantação do SARESP, justifica que:

a fim de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas do

estado de São Paulo (de modo a que todos possam exercer seus direitos de cidadãos e de inserção no mundo do trabalho), e em face das exigências da modernidade, torna-se necessário criar novas formas de gerir o sistema de ensino e as escolas. (SEE, 1998, p. 123)

SARESP é o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo que, desde a sua criação, em meados de 90, vem avaliando o sistema de ensino paulista para obter dados e informações que revelam pontos fortes e fracos do sistema de rendimento escolar dos alunos de diferentes séries e períodos e fatores que interferem no seu desempenho (SEE, SARESP, 2014). Desde 1990, o estado de São Paulo passou a fazer parte das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação. Primeiro por meio do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB), e em 1996, por meio do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP).

A proposta curricular do estado de São Paulo, compreende os conteúdos, as competências e habilidades apontadas para cada série/ano e disciplina do currículo, e utiliza procedimentos metodológicos formais e científicos cada vez mais aprimorados para coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho de alunos ao término das terceiras, quintas, sétimas e nonas séries do ensino fundamental e terceira do ensino médio. (SÃO PAULO, 2008)

O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP) e o Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), além de outros, buscam a melhoria da qualidade educacional, por meio da avaliação de larga escala no Brasil. Desde 1996, o SARESP avalia alunos da rede pública paulista tendo, no conteúdo de língua portuguesa, disponibilizando os resultados para gestores e docentes, a fim de que haja intervenções e correção das dificuldades apresentadas por alunos em cada ano/série avaliados.

2. *A importância dos gêneros textuais para o ensino de língua materna*

2.1. 1. 1112ioio43Assunto: null

Numa época em que os povos eram essencialmente orais, os gêneros se desenvolveram de forma limitada, mas após a invasão escrita, multiplicaram-se, e hoje, na fase da cultura eletrônica, houve um crescimento acentuado e uma explosão com a popularização do computador pessoal e da internet, ativando novas formas de comunicação caracterizadas por

suas funções cognitivas e interacionais e por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, devendo ser analisados nos seus posicionamentos sociopragmático, além de serem considerados categoria de ordem cultural, cognitiva, de ação social, estrutura textual, de organização social e ação retórica. (MARCUSCHI, 2008)

Ensinar gêneros textuais é atividade que tem despertado o interesse de escolas e professores, o que pode significar o estabelecimento de condições de melhoria no ensino-aprendizagem de língua, porém, a fim de que isso ocorra, é preciso refletir sobre as razões para adotar o ensino de gêneros como instrumento de comunicação nas práticas para a melhoria do ensino.

Quando nos referimos aos gêneros textuais, entendemos que são os únicos instrumentos existentes para a comunicação, sem eles não há interlocução, quaisquer que sejam as situações em que estejamos, desde as mais corriqueiras, até as mais planejadas, elas exigem gêneros textuais, quer sejam eles orais ou escritos. Por fazer parte do dia a dia, os gêneros mais comuns aprendemos no cotidiano, outros, que dependem de planejamento e registro escrito, que envolvem aprendizagem específica, aprendemos na escola, que é o local privilegiado para o ensino-aprendizagem.

A aprendizagem de gêneros pode ser realizada fora da escola, porém ela é responsável pelo ensino dos gêneros para a constituição da cidadania. Entre eles, pode-se privilegiar os provenientes das esferas literária, jornalística e acadêmico-científica, que aparecem em forma didatizada nos manuais ou em jornais e revistas para divulgação ao grande público, aparecem ainda nas artes, nos relatórios escritos, nas teses e dissertações, em trabalhos acadêmicos, pesquisa científica, entre muitos outros.

3. *Conceito de gêneros textuais*

Mikhail Bakhtin (2011) insere o gênero na esfera da atividade humana e assegura que estão sempre relacionados com a utilização da língua. O caráter e os modos dessa utilização são tão variados quanto a própria atividade humana, e efetuam-se em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos. Os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, sejam pelo seu conteúdo temático, estilo verbal ou pela construção composicional que resulta no todo do enunciado. O filósofo russo afirma que “cada enunciado par-

ticular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciação, os quais denominamos gêneros do discurso”. (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Mikhail Bakhtin (2011) considera, ainda, que a diversidade e heterogeneidade dos gêneros do discurso são tão grandes que não há terreno comum para seu estudo, porque não é possível colocar no mesmo campo de estudos fenômenos tão díspares, e indica este como um dos problemas com os estudos dos gêneros do discurso. Outro problema apontado está na dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do discurso, devido a sua extrema heterogeneidade, e marca, ainda, como relevante a diferença entre gêneros do discurso primários e secundários, quando reitera que os gêneros primários são absorvidos, transmutam-se e transformam-se em gêneros secundários.

Luiz Antônio Marcuschi defende, como tese central, que não devemos conceber o gênero como modelo estanque ou com estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem. O autor identifica-se como seguidor da posição bakhtiniana para reafirmar que os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos às funções, propósitos, ações e conteúdos, já que os gêneros são denominações sociorretóricas, e lembra que as distinções entre um gênero e outro não são predominantemente linguísticas e sim funcionais.

Os estudos dos gêneros estão na moda, aponta Luiz Antônio Marcuschi (2008), mas em perspectivas diferentes da visão da oratória ou da retórica antiga. Assim, o gênero vem sendo atualmente usado de maneira cada vez mais frequente e em número cada vez maior em todas as áreas ligadas ao ensino de língua, tornando-se cada vez mais multidisciplinar, englobando não só a análise de texto e do discurso, mas uma análise da própria sociedade, já que é considerado uma forma de ação social.

Os gêneros são caracterizados, em Luiz Antônio Marcuschi (2008), como: “uma categoria social; um esquema cognitivo; uma forma de ação social; uma estrutura textual; uma forma de organização social; uma ação retórica” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Observando-se cada um desses aspectos, tem-se uma noção mais aproximada da complexidade e multidisciplinaridade dos gêneros, numa análise que engloba o texto, o discurso, a natureza sociocultural do uso da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas.

Em Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2009), encontramos que a competência sociocomunicativa dos interlocutores é o que lhes permite discernir o que é adequado ou inadequado no interior das práticas sociais que estão engajados, e que tal competência possibilita-lhes optar entre os diversos gêneros com que se defrontam na vida cotidiana. Diz que o tema e suas aplicações têm grande relevância para as áreas que se dedicam ao estudo da interação humana, e, por essa razão, os estudos a respeito do gênero são crescentes e vêm despertando tanto interesse.

A autora toma como ponto de partida os estudos de Mikhail Bakhtin para reafirmar que o que constitui os gêneros são as sequências relativamente estáveis de enunciados, marcadas sócio-historicamente, sendo cada uma dessas situações que determinam a existência de um ou mais gêneros, com características temáticas, composicionais ou estilísticas próprias. Lembra que o gênero apresenta grande heterogeneidade, compreendendo desde o diálogo cotidiano à tese científica, e que a noção de gênero não pode ser confundida com a noção de tipos.

Em Luiz Antônio Marcuschi (2008) e Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2009), os estudos estão ligados à linha bakhtiniana e focada na comunicação. Os estudiosos entendem que a língua penetra na vida por meio de enunciados concretos que a realizam, e é também por meio dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. Como atividade social, histórica e cognitiva, os enunciados são particulares e individuais, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros. Define os gêneros textuais como formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa, quando afirma que: "gêneros textuais são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos". (KOCH, 2009)

Mikhail Bakhtin (2011) esclarece que o gênero não é de fácil conceituação e, como principal estudioso, deixa a questão aberta para que cada área possa abstrair o conteúdo de acordo com suas necessidades, mas é consenso que o gênero serviu, a princípio, para a retórica e a oratória, passando pela literatura, mais recentemente ligou-se à linguística e à linguagem. A partir da sua ligação com a linguagem, o gênero ganhou propulsão, e a abrangência se deu de forma tão extensa que, apesar da dificuldade em conceituá-lo com exatidão, tornou-se protagonista nos principais estudos da língua portuguesa.

4. Concepção de gênero segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais

Nos últimos anos, houve o crescente interesse e a ampla divulgação do ensino de língua portuguesa por meio dos gêneros textuais, especialmente após a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1998) e, com o passar dos anos, com as tentativas de colocar as propostas em prática, o texto é considerado como unidade de ensino enquanto atividade discursiva e organizado dentro de determinado gênero. Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. (BRASIL, 1998)

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* trazem, em seus fundamentos e objetivos, que os alunos devem ser capazes de ler textos coesos e coerentes em diferentes gêneros, combinar estratégias de seleção, considerando o leitor e o objeto da mensagem, e identificar o gênero e o suporte que melhor atendem a interação comunicativa.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* de língua portuguesa propõem a utilização dos gêneros textuais como objeto de ensino para a prática de leitura e da produção textual, por isso defendem os gêneros como fortes aliados no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* apontam que a linguagem é uma atividade discursiva que tem o texto como unidade de ensino, assim, as atividades da aula de língua portuguesa correspondem às atividades discursivas como:

Uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção oral e escrita, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e a construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência comunicativa. (BRASIL, 1998)

Dessa forma, as atividades de linguagem entendem o texto como objeto de ensino e pressupõem que os textos sejam diversificados, que pertençam a gêneros diferentes, de forma a ampliar a experiência do aluno como leitor e produtor de textos e de linguagens. As práticas da linguagem, porém, são atividades que devem conduzir o sujeito para um processo de construção do conhecimento, que utiliza a linguagem com

propósito comunicativo eficiente.

Podemos conceber, no que diz respeito à construção dos textos em gêneros, que se caracteriza pelo conteúdo temático (o que é ou pode tornar-se dizível por meio de gênero); construção composicional (estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero); estilo (configurações específicas das unidades da linguagem derivadas da posição enunciativa do locutor ou conjunto particular de sequências que compõem o texto).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* partem das concepções presentes em Mikhail Bakhtin (2011) para considerar que as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas com a utilização da língua. O caráter e os modos dessa utilização são variados porque refletem a atividade humana, e a sua utilização efetua-se em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos. Os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, quer sejam pelo seu conteúdo temático, estilo verbal ou construção composicional que resulta no todo do enunciado.

5. O texto dissertativo-argumentativo: artigo de opinião

Toda argumentação envolve questões controversas que, na maioria das vezes, são extraídas de temas de interesse da coletividade. Algumas questões afetam um grande número de pessoas, e cada uma dessas pessoas tem uma opinião, um posicionamento, uma resposta a ser dada e, para tanto, utiliza-se de argumentos que não se caracterizam apenas pela exposição de uma opinião, mas é preciso sustentá-la com evidências, provas, dados, além de outros elementos que darão suporte à ideia defendida.

Argumentar, segundo José Luiz Fiorin (2015), diz respeito à manipulação da narrativa em que um sujeito leva o outro a dever ou querer fazer. Os procedimentos argumentativos podem ser estudados como organizações discursivas que podem ser descritas como metalinguagem bem precisa. Para Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2015), argumentar é humano porque o uso da linguagem se dá na forma de textos, e estes são constituídos por sujeitos em interação, por seus querer e saberes.

Os textos discursivos no gênero artigo de opinião apresentam-se no agrupamento da ordem do argumentar pelas características que lhes são peculiares, ou seja, discutem assuntos ou problemas sociais contro-

versos, buscam um posicionamento para a sustentação da ideia defendida, negociam a tomada de posição, aceitam ou refutam os argumentos apresentados, opinam sobre assuntos da atualidade que geram polêmica e que, em muitos casos, há discordância, entre outros. O discurso argumentativo presente no artigo de opinião tem por finalidade a persuasão ou convencimento do interlocutor com intenção de que ele compartilhe sua opinião ou realize uma determinada ação.

Os assuntos listados acima são comumente encontrados circulando em rádio, TV, nos jornais e revistas e, principalmente, na internet, e são polêmicos por exigirem um posicionamento do leitor, ouvinte ou espectador que, para convencer, é preciso lançar mão de bons argumentos, sustentados por verdades e opiniões, muitas vezes fundamentadas em impressões pessoais ou de outros, por isso a dificuldade da persuasão.

Um artigo de opinião é cercado por diferentes vozes, uma vez que a comunicação humana é marcada por dialogismos, a voz do autor corrobora ou refuta vozes que divergem de seu posicionamento. Essas vozes interagem por meio de notícias, conversas, opiniões que vão construindo e preparando para que novas opiniões se formem por meio da interpretação, da interação e da cognição de cada indivíduo.

Argumentar envolve a intertextualidade com textos que se cruzam e entrecruzam em novas e variadas combinações para utilizarmos em nossas práticas comunicativas. Os nossos pensamentos e ações estão pautados nas leituras que fazemos, nos filmes a que assistimos, nas músicas que ouvimos, nas mídias sociais etc., e todas essas ações vão nos transformando, uma vez que o homem constantemente avalia, julga e crítica como forma e juízo de valor, e esses valores se constituem como ato linguístico fundamental. Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2015) postulam que é muito comum em nossas práticas comunicativas contarmos histórias a fim de envolver o outro e dele obter uma reação desejada, de justificar um modo de pensar e de agir, uma tomada de decisão, o êxito ou fracasso em uma atividade etc.

Se a argumentação é algo inerente à vida e ao cotidiano de todo ser humano, nada mais objetivo que lançar mão de um gênero ligado ao ato comunicativo, que discute questões sociais, políticos, culturais, ideológicas, partindo de fatos ocorridos, notícias, para tornar o ensino-aprendizagem uma prática verdadeiramente social e que faça sentido para a escrita de textos, a fim de que o aluno tenha um aprendizado objetivamente prático.

Na sua organização, o artigo de opinião se compõe, basicamente, de uma contextualização ou apresentação da questão a ser discutida, de uma explicitação do posicionamento assumido, da utilização de argumento para sustentar a posição que se pretende assumir, da consideração da posição contrária ou da antecipação de possíveis argumentos contrários, da utilização de argumentos que refutam a posição contrária, da retomada da posição assumida, da possibilidade de negociação e da conclusão.

São argumentativos os gêneros do discurso político, jurídico, religioso e o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo. Todo discurso é argumentativo, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia a outro discurso. Segundo José Luiz Fiorin (2015), a argumentação faz progredir um discurso por inferência, apoia-se nas formas de raciocínio, cujos tipos principais são a dedução e a indução, e complementa que um argumento são pressuposições destinadas a fazer admitir uma dada tese. Argumentar é, pois, construir um discurso que tem a finalidade de persuadir. Como qualquer discurso, o argumento é um enunciado resultante, pois, de um processo de enunciação, que põe em jogo três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso, ou, o orador, o auditório e a argumentação propriamente dita, o discurso.

6. Processos de construção do texto

Seguindo os pressupostos descritos nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) que postulam em seus fundamentos e objetivos, que os alunos devem ser capazes de ler textos em diferentes gêneros coesos e coerentes, combinando estratégias de seleção e considerando o leitor e o objeto da mensagem, começando a identificar o gênero e o suporte que melhor atende a interação comunicativa. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1998) propõem a utilização dos gêneros textuais como objeto de ensino para a prática de leitura e da produção textual, por isso defendem os gêneros como fortes aliados no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa.

Os gêneros devem ser vistos como arcabouços cognitivo-discursivo ou enquadres enunciativos determinados pela necessidade temática das diversas práticas sociais e de seus propósitos enunciativos, as quais se distinguem pela forma composicional, pelo tipo de conteúdo temático e pelo estilo que lhe é próprio. Ingedore Grunfeld Villaça Koch toma como ponto de partida os estudos de Mikhail Bakhtin (2011) para

colocar que o que constitui os gêneros são as sequências relativamente estáveis de enunciados, marcadas sócio-historicamente, sendo cada uma dessas situações que determinam a existência de um ou mais gêneros, com características temáticas, composicionais ou estilísticas próprias. Lembra que o gênero apresenta grande heterogeneidade, compreendendo desde o diálogo cotidiano à tese científica, e que a noção de gênero não pode ser confundida com a noção de tipos.

A produção escrita de textos, dentro da perspectiva sociocognitiva interacionista propõe estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos, que tem o intuito de contribuir com uma das mais importantes formas de operações didáticas no ensino de língua portuguesa, a produção de textos.

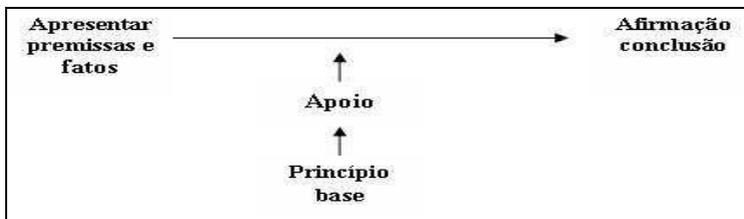
Inserido no contexto das estratégias sociocognitiva para o processamento do texto e do discurso, Jean-Michel Adam (2008) define a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas, e apresenta o texto em sua materialidade formado por um plano global de enunciados, construído com base em uma ação de linguagem estabelecido entre o produtor e o outro, em uma situação sociodiscursiva e de acordo com o espaço social em que faz parte. Assim, os enunciados tomam formas em um gênero de discurso que se projeta em uma organização discursivo-argumentativo, vinculado à interação social e ações da linguagem, que é realizada por meio de textos em que os enunciados são organizados em uma sequência composicional de base, para formar o todo significativo.

Nesse contexto, o texto para construir o seu todo argumentativo e significativo precisa ser encadeado em subconjuntos das partes que o formam, e a sequência do plano de texto acontece em uma sucessão, com o texto construído de partes, que por sua vez constrói uma unidade de sentido e se realiza em um contexto, designado por Jean-Michel Adam (2008) como uma unidade semântica e pragmática configuracional, porque nela estão inclusas as partes do enunciado que formam o todo do texto.

O plano de texto é estudado em sua materialidade e está relacionado à textura, à segmentação de proposições, de enunciados e de períodos, a estrutura composicional, formado pelas sequências de base que encadeiam o sentido do texto, organizado argumentativamente. A estrutura sequência de um texto é organizado por um plano de texto que leva em

conta a sua sequência organizacional que se configura a partir de uma sucessão de enunciados, que compreende as proposições-enunciados, os períodos, as partes de um plano de texto e as sequências que o constituem como os elementos de um conjunto concreto de relações.

Com base na importância da argumentatividade para a vida e o aprendizado de indivíduos em fase de transição do ensino fundamental para o ensino médio por entendemos que a argumentatividade é inerente ao homem e ao discurso, que está organizada em forma de textos presente no cotidiano e materializada em tipos e gêneros textuais. Dessa maneira, buscamos identificar a argumentatividade presente em textos produzidos por alunos da rede pública paulista, seguindo os pressupostos pela Secretaria de Estado da Educação (SEE), para o SARESP.



Ao tratar da construção da argumentação, não podemos nos esquecer dos articuladores que ligam os enunciados e direcionam a argumentatividade e servir de apoio para as ligações que acompanham os enunciados, pela articulação dos fatos e argumentos e direciona o dizer para a conclusão, conduzindo o interlocutor à conclusão desejada.

Com base nas ideias acima, veremos fragmentos de redações produzidas por alunos do 9º. ano do ensino fundamental, desta capital.

A proposta da SEE pede que alunos construa textos do gênero artigo de opinião, com base a promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno, seguindo ao que estabelecem os *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Para Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2016), argumentar é humano porque o uso da linguagem se dá na forma de textos, e os textos são constituídos por sujeitos em interação, por seus querer e saberes. Consiste na defesa de uma ideia por meio de argumentos e explicações, e o objetivo principal está na formação, sustentação e defesa de uma opinião, ou tem como principal característica tentar convencer/persuadir o interlocutor da mensagem.

Seguindo os passos deixados pelos produtores do texto, Jean-Michel Adam (2008) propõe o entendimento partindo das proposições, que são as unidades elementar de significação, que se vai construindo, de forma recorrente e tornando em formas mais complexas e hierárquica, que são assim constituídas: Proposição-enunciado > período-sequência > plano de texto. O autor justifica esse funcionamento, lembrando que o aluno usa a lógica da argumentação para provar, justificar e apresentar conclusões para o seu discurso, apoiado na análise de textos concretos.

A construção do texto requer planejamento, sendo necessário elaborar um plano do que vai ser abordado, em forma de estratégias, observando as características e necessidades para atingir o objetivo. Dentro do plano de texto para a construção da argumentação é necessário atentar para a tese (fatos), o apoio (provas/ argumentos) e a asserção (conclusão), de acordo com o modelo simplificado para a construção do texto argumentativo (ADAM).

7. Análise

O protótipo de sequência argumentativa de Jean-Michel Adam, em seu sentido mais geral, toma a argumentação como estratégia discursiva que permite lançar mão de uma tese direcionada ao outro, com a função de convencer, persuadir ou construir uma representação. Tentamos provocar a adesão ao nosso pensamento, convencer frente a um dado tema, voltado a um ambiente em que a língua são se concretiza apenas por frases, mas sim por contextos de valor argumentativo. Segundo Jean-Michel Adam (2008) todo enunciado carrega em si uma carga argumentativa e pode requerer aceitabilidade junto aos participantes do discurso (afirmação/conclusão).

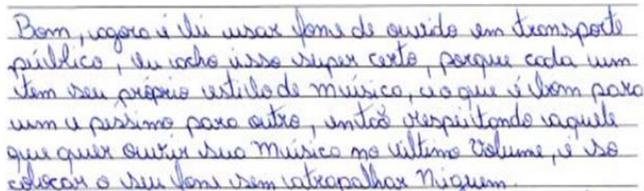
A proposição-enunciado, ou proposição-enunciada é correspondente, segundo Jean-Michel Adam, a uma unidade textual base, e efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, trata-se na verdade, de uma unidade de sentido co(n)textual.

Com base nas ideias argumentativas discutidas, faremos uma pequena análise de 03 fragmentos extraídos de redações produzidas por alunos do 9º. ano do ensino fundamental, ano 2014, em escolas distribuídas em São Paulo, capital.

Importante destacar que o objetivo do estudo se limita a verificar a capacidade de argumentativa do aluno e compreensão da proposta de

produção do gênero artigo de opinião, não destacando, neste pequeno espaço, elementos que envolvem ortografia, pontuação, acentuação, além de tantos outros elementos que envolvem a correta construção de um texto dissertativo-argumentativo.

7.1. Fragmento 1:

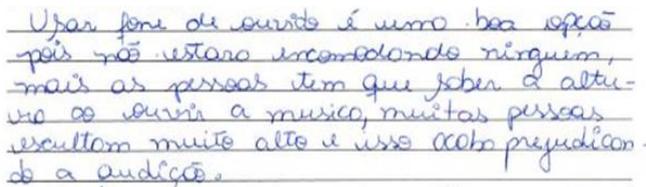


Bom, agora é só usar fone de ouvido em transporte público, eu acho isso super certo, porque cada um tem seu próprio estilo de música, o que é bom para um é ruim para outro, então respeitamos aquele que quer ouvir sua música no último volume, e só colocar o seu fone sem atrapalhar ninguém.

Ao afirmar que o fone de ouvido é uma boa opção “pois” não incomoda ninguém, o aluno justifica que as pessoas precisam ajustar o volume da música para que não haja incômodos ou venha a prejudicar alguém. O fragmento comprova que o autor tem consciência daquilo que diz, quando adota e justifica a sua posição usando apoios como o “mas”, “pois”, “uma vez que”, estabelecendo uma conclusão e apontando para a solução do problema com um consenso “é só colocar o seu fone sem atrapalhar ninguém”.

Temos, neste fragmento, “eu acho” que marca a opinião do autor que representa, segundo Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2015) a marca do juízo de valor que se constitui como ato linguístico fundamental. O autor apresenta traços de compreensão, interpretação, capacidade de interação e de estabelecimento de opinião com justificativa, mostrando que compreende e desenvolve a proposta corretamente.

7.2. Fragmento 2:



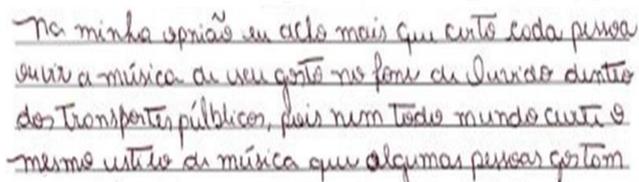
Usar fone de ouvido é uma boa opção pois não estaria incomodando ninguém, mas as pessoas tem que saber a altura de ouvir a música, muitas pessoas escutam muito alto e isso acaba prejudicando a audição.

É possível perceber a posição tomada pelo autor que “acha certo” cada pessoa ouvir a música de acordo com o seu gosto pessoal, e usa o

“pois” para reforçar a sua posição diante da proposição, afirmando que nem todos gostam dos mesmos estilos musicais. Jean-Michel Adam (2008) defende esse modelo como uma forma de construção de entendimento de textos argumentativos, essenciais para as atividades sociais, histórica e cognitiva.

Quanto à argumentação, a justificativa de que a música alta prejudica a audição é traço característico da compreensão e justificativa argumentativa, explicitando que o uso de forma incorreta trará problemas para muitas pessoas.

7.3. Fragmento 3:



Na minha opinião eu acho mais que certo cada pessoa ouvir a música de seu gosto no fone de ouvido dentro dos transportes públicos, pois num todo mundo certo e mesmo ouvir a música que algumas pessoas gostam

O autor usa a instituição da lei para reafirmar o que acredita ser “super certo”, já que cada pessoa tem o seu próprio gosto musical, e estilo próprio de música. Justifica que o que é bom para um, nem sempre é bom para outro, “então”, conclui, para que haja respeito entre as pessoas é importante que cada pessoa use o seu fone de ouvido.

A inserção da proposição “na minha opinião” traz a estratégia argumentativa mais comum da oralidade para a escrita, justificando que como nem todos gostam do mesmo estilo musical, é necessário, dentro do transporte público, que todos usem os seus próprios fones de ouvido.

A observação de que o aluno usa termos, palavras, ideias de acordo com as suas vivências e experiências é clara, pois sabemos que a argumentação é algo inerente à vida e ao cotidiano de todo ser humano, e com o aluno não é diferente.

8. Considerações finais

A língua é uma ferramenta muito sedutora, e com ela podemos produzir muitos artifícios para alcançar nossos objetivos, baseados nos papéis que queremos representar. Todas as afirmações que fazemos no

dia a dia, muitas vezes sem grandes propósitos ou sem planos mirabolantes, exprimem as relações que estabelecemos entre as palavras e o mundo, que só se torna mundo quando o colocamos no discurso.

O discurso argumentativo solicitado em redações no formato artigo de opinião, tem por finalidade a persuasão ou convencimento do interlocutor com intenção de que ele compartilhe sua opinião ou realize uma determinada ação. A escrita das redações na maioria das escolas brasileiras é fundamentada na tríade narração, descrição e dissertação e, ultimamente, com o advento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que reforça a necessidade de ampliação dos estudos com os gêneros, além do entendimento de que a argumentatividade é produto do ato de enunciar, e o sujeito é o centro da reflexão linguística.

Tomando os fragmentos, podemos perceber que a argumentação faz parte do cotidiano dos alunos, mesmo quando as apresenta de forma oralizada, porém, com consciência, construindo opiniões e levando o leitor a um posicionamento. Com esses entendimentos, e lembrando que o estudo objetiva apenas localizar a argumentação nos fragmentos, podemos constatar que há uma argumentatividade rica e presente nos textos.

Hoje, o estudo dos gêneros está na moda e vem sendo usado de maneira cada vez mais frequente nas áreas ligadas ao ensino de língua, e de outras áreas, tornando-se multidisciplinar e englobando não só a análise de texto e do discurso, mas a própria sociedade, já que são considerados uma forma de ação social.

Para que os alunos dominem os diferentes gêneros, como postulam Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly (2004), é necessário que o professor construa caminhos com o objetivo de desenvolver as capacidades necessárias para utilizar a linguagem em várias situações comunicativas do dia a dia com competência. Assim, eles desenvolverão, ao longo dos trabalhos, a escrita e a oralidade, além de adquirirem maior autonomia e melhor aprendizado.

Em síntese, é preciso oportunizar ao aluno todos os conhecimentos necessários para que ele possa participar de um processo avaliativo justo e para que a avaliação se faça verdadeiramente num contínuo de aprendizado que contribua para a construção de uma aprendizagem cidadã.

O artigo de opinião, por ser um dos mais pedidos em diversos contextos avaliativos do país, desperta interesse nos estudos e na neces-

sidade de compreensão, uma vez que é dever da escola oferecer ao aluno condições de interagir em práticas sociais mediadas pela linguagem com desenvoltura.

Sabemos que não há receita pronta para que se faça uma correta produção de textos e, em especial, de produções com o gênero artigo de opinião, mesmo porque o texto é o resultado da proposta trabalhada pelo professor em sala de aula, seguindo os seus objetivos, as categorias exploradas, além de uma série de outras questões, possibilidades e interesses. O que fica claro é que os estudos dos gêneros textuais são de extrema importância, assim como a produção de textos argumentativos, que tem o artigo de opinião como um dos gêneros mais solicitados em produção de redações escolares e, especialmente, por saber que muitas escolas ainda trabalham com os gêneros simplesmente porque constam nos guias curriculares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise do discurso*. São Paulo: Cortez, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais (PCN)*. Língua portuguesa. Ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 16-07-2016.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução a linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Produção de textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ/PUC-SP, 2002, p. 201-214.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação. *Proposta curricular do estado de São Paulo: língua portuguesa, ensino fundamental – ciclo II e ensino médio*, 2008. Disponível em:

<http://www.rizomas.net/images/stories/artigos/Prop_LP_COMP_red_md_20_03.pdf>

_____. SARESP 2014: *Relatório pedagógico: língua portuguesa*. Coordenação geral de Maria Inês Fini. São Paulo: Secretaria da Educação, 2014.